

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.28347>

O integralismo de Miguel Reale como crítica ao federalismo oligárquico (1932-1937)

El integralismo de Miguel Reale como crítica del federalismo oligárquico (1932-1937)

Miguel Reale's integralism as critique on the oligarchic federalism (1932-1937)

Pedro Ivo Dias Tanagino¹

<https://orcid.org/0000-0003-1121-5472>

RESUMO: O artigo aborda a História Política e Social da crítica antiliberal à Primeira República no Brasil dos anos 1930, através da obra do intelectual integralista Miguel Reale, um dos três principais líderes do movimento fascista Ação Integralista Brasileira (AIB). São analisadas as principais obras de doutrina do autor, ao lado de documentos oficiais do movimento. São apresentadas as disputas de projetos sociais, políticos, culturais e econômicos existentes no campo do pensamento político das Direitas no Brasil, analisando a posição da AIB no processo de formação de consenso e consentimento perante o horizonte de expectativa autoritário que despontou nesse contexto histórico. A investigação enfoca o projeto autoritário trazido pela crítica integralista e o processo de construção social de um imaginário e memória negativa da Primeira República.

PALAVRAS-CHAVE: História Política e Social. Antiliberalismo. Integralismo. Miguel Reale.

ABSTRACT: This article addresses the Political and Social History of the 1930's antiliberal critique on the Brazil's First Republic, through the work of the integralist intellectual Miguel Reale, one of the three main leaders of the fascist movement Brazilian Integralist Action (AIB). The author's main doctrinal works are analyzed, along with official movement documents. The disputes of social, political, cultural and economic projects existing in the field of political thinking of the Right-wing in Brazil are presented, analyzing the position of AIB in the process of consensus and consent formation, before the

¹ Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (CAPES-PNPD) no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PPGH-PUC/SP). Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com Estágio de Doutorado (Junior Visiting Fellowship) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Mestrado e Graduação em História (UFJF). Autor da tese *A Síntese Integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale*. Tese de Doutorado (História), Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019, 382 p. Desenvolve pesquisas nos campos da História Política e Social e História Intelectual, investigando temas da História Moderna e Contemporânea como Teoria da História e Historiografia, Filosofia Política, Democracia e Estado de Exceção, Fascismos, Integralismos, Nacionalismos, Conservadorismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Corporativismos. E-mail: pidtanagino@gmail.com



horizon of authoritarian expectation that emerged in this historical context. This investigation focuses on the authoritarian project brought about by the integralist critique and the process of social construction of a negative imaginary and memory of the First Republic.

KEYWORDS: Political and Social History. Antiliberalism. Integralism. Miguel Reale.

RESUMEN: El artículo aborda la historia política y social de la crítica antiliberal de la Primera República en Brasil de la década de 1930, a través del trabajo del intelectual integralista Miguel Reale, uno de los tres principales líderes del movimiento fascista de Acción Integralista Brasileña (AIB). Se analizan las principales obras doctrinales del autor, junto con los documentos oficiales del movimiento. Se presentan las disputas de proyectos sociales, políticos, culturales y económicos existentes en el campo del pensamiento político de la derecha en Brasil, analizando la posición de AIB en el proceso de formación de consenso y consentimiento ante el horizonte de expectativa autoritario que surgió en este contexto histórico. La investigación se centra en el proyecto autoritario presentado por la crítica integralista y el proceso de construcción social de una memoria e imaginaria negativa de la Primera República.

PALABRAS-CLAVE: Historia Política e Social. Antiliberalismo. Integralismo. Miguel Reale.

Para citar este artigo:

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. O integralismo de Miguel Reale como crítica ao federalismo oligárquico (1932-1937). **Locus - Revista de história**, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.138-161, 2019 E-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024

Introdução

Reconhecida como o maior e mais bem-sucedido movimento fascista fora da Europa, a Ação Integralista Brasileira (AIB) também é apontada como o primeiro partido de massas do Brasil, possuindo um papel decisivo na crise política dos anos 1930². A AIB foi fundada cinco dias depois da rendição paulista na guerra civil de 1932 (a “Revolução Constitucionalista de 1932”). Surgiu pela articulação de vários movimentos, partidos, instituições e associações intelectuais, culturais e políticas diferentes e muitas vezes conflitantes, reunindo elementos dos mais diversos carizes da direita radical, entre conservadores moderados e radicais, republicanos e monarquistas, autoritários, totalitários,

² TRINDADE, Hégio. Apresentação. In: GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017, p. 19-21.

nacionalistas, espiritualistas, antiliberais, anticomunistas e antisemitas. A articulação desses elementos, realizada ao longo da fase mais tensa do Governo Provisório de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1932, foi liderada, a partir do grupo chamado Sociedade de Estudos Políticos (SEP), pelo escritor, jornalista e político paulista Plínio Salgado (1895-1975), participante da Semana de Arte Moderna de 1922, egresso do PRP (Partido Republicano Paulista) e fundador e Chefe Nacional da AIB.

A AIB se transformou rapidamente em uma poderosa instituição. Após seu início como um pequeno movimento cultural em São Paulo, passou a movimento revolucionário (1932), e, finalmente, a partido político registrado (1936). Ao longo dessa trajetória, a AIB ganhou a forma de um “partido revolucionário militarizado” de direita, para usarmos a conceituação de António Costa Pinto³. Consolidou-se como partido de massas com a instalação de núcleos em todos os estados do país, chegando a alistar centenas de milhares de membros, simpatizantes e eleitores. Inspirados na doutrina social da Igreja Católica, no fascismo italiano e outras experiências e teorias sociais da direita radical, o projeto da *terça via* integralista no Brasil defendia a criação de um Estado forte e interventor na economia e no arbítrio das relações entre trabalho e capital, com uma economia planejada e subordinada aos interesses desenvolvimentistas do Estado, alçado ao papel de principal agente da modernização nacional⁴.

A questão da “modernização”, a par da “questão social” e da “questão nacional”, constituía o cerne dos debates e disputas políticas no Brasil do período Entreguerras. Uma temática pejada pelo drama do “atraso” e dos efeitos desastrosos do capitalismo de mercado nos países latino-americanos, espoliados por caudilhos e por empresas internacionais. Na disputa entre projetos modernizadores nas arenas intelectuais e políticas, os integralistas apontavam seus maiores rivais entre liberais e comunistas, mas seu manifesto fundador também cogitava a revolução armada para derrubar o governo Vargas⁵.

O antiliberalismo integralista se baseava na noção de incongruência entre as instituições liberais fundadas pela Constituição Federal de 1891 e a realidade social do país, retomando críticas encetadas desde as primeiras décadas do século XX por intelectuais como Alberto Torres, Euclides da Cunha, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, que nos anos 1930, se tornaram referências para o campo do pensamento político antiliberal, autoritário, nacionalista e corporativista – o campo do “estatismo-organicista”⁶ – que ganhou dominância no cenário político e intelectual brasileiro. No movimento

³ PINTO, António Costa. Fascism: a “revolutionary right” in interwar Europe. In: ATKIN, Nicholas; BIDDISS, Michael. *Themes in modern European history, 1890-1945*. Nova York: Routledge, 2009.

⁴ GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017, p. 74.

⁵ AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. *Manifesto de Outubro de 1932*. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB: São Paulo, s/d, p. 10.

⁶ De acordo com Alfred Stepan, o termo “*orgânico*” faz referência a “uma visão normativa da comunidade política na qual as partes componentes da sociedade se combinam harmoniosamente para permitir o desenvolvimento completo do

integralista, a posição de liderança e a produtividade intelectual teórica e jornalística do jovem estudante de Direito, Miguel Reale⁷, o fizeram um autor da mais alta relevância na produção da visão integralista sobre a história e a memória do suposto fracasso da Constituição de 1891 e da “democracia liberal” por ela instaurada. Através dessa crítica, Reale apresentava o projeto autoritário da AIB como alternativa ao passado “coronelistas” da Primeira República e ao presente “varguista” do Governo Provisório e da Segunda República.

O jurista, professor, político e ex-integralista Miguel Reale é um personagem cuja longa trajetória política e intelectual nos permite analisar décadas de transformações políticas e sociais na história do Brasil republicano. Com uma carreira acadêmica e literária laureada pelo título de “imortal” da Academia Brasileira de Letras, Reale foi reitor de uma das maiores universidades do país, a USP, foi conselheiro de Estado durante as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e do Regime Militar (1964-1985), e, na Nova República (1988), deixou a sua última obra jurídica no Novo Código Civil do país (2002).

Na AIB, Reale tornou-se uma das três principais lideranças do movimento integralista, ao lado do chefe do Departamento das Milícias Integralistas, o advogado, historiador e museólogo Gustavo Barroso (então presidente da Academia Brasileira de Letras), eclipsados apenas pelo poder de Plínio Salgado. Reale foi chefe da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos, chefe da Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos da AIB, membro do Conselho Nacional da AIB de 1934 a 1936 e, após a reformulação estatutária-institucional ocorrida quando a AIB se tornou partido, em 1936, Reale integrou o Conselho Supremo, a mais alta cúpula da AIB, até o fechamento do partido integralista, após o golpe de 10 de novembro de 1937.

Abordando o papel de Miguel Reale como escritor e jornalista, através de uma grande produção literária e jornalística, marcada pelo seu engajamento político, nossa investigação retoma o problema da atuação dos “intelectuais” por meio das “políticas da cultura”. Norberto Bobbio investigou a relação entre poder ideológico e poder político acionada pelos intelectuais utilizando duas categorias: os “intelectuais ideológicos” e os “intelectuais expertos”. Os “intelectuais ideólogos” são os que têm o papel de promover o consenso em torno de determinadas ideias políticas, publicizando “princípios-guia”, “valores”, “ideais” e “visões de mundo”, apresentando em sua ação uma “ética da convicção”. “Intelectuais expertos” são os que “fornecem conhecimentos-meio”, conhecimentos técnicos que auxiliam o pragmatismo da luta política. Bobbio parte do conceito de “ação social” de Max Weber,

potencial do homem”, enquanto o termo “*estatista*” surge “devido à presunção nesta tradição de que essa harmonia não ocorre espontaneamente no processo da evolução histórica, mas, pelo contrário, exige poder, escolhas racionais e decisões, e reestruturação ocasional da sociedade civil pelas elites políticas”. STEPAN, Alfred. *Estado, Corporativismo e Autoritarismo*. Trad. Marina L. T. V. de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 51.

⁷ Reale estudou Direito na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, São Paulo, entre os anos de 1930 e 1934.

ênfatisando a noção de que toda ação política precisa, necessariamente, de “ideias gerais sobre os objetivos a perseguir”, bem como de conhecimentos técnicos que servem ao *modus operandi* da política⁸.

A nossa análise do pensamento político integralista através da obra de Reale seguiu, em uma primeira etapa da investigação, a abordagem sugerida por Sirinelli, pelos conceitos de itinerário, geração e sociabilidade. Para reconstituição dos “itinerários” do autor analisado, identificamos os eixos de engajamento intelectual, abordando desde a sua biografia à perspectiva de trajetórias cruzadas, possibilitada a partir de uma abordagem diacrônica. Este último ponto nos conduziu à análise da formação de suas “redes de sociabilidade”. Nessas “redes” se definem também as posições antagônicas entre os autores analisados, e pela análise destas é possível mapear o movimento de ideias. Por fim, o conceito de “geração” remete à solidariedade geracional, porque, segundo Sirinelli, os intelectuais se definem sempre ao tomar alguma herança como referência, ainda que como demarcação de formas de ruptura, o que nos remete, por fim, ao problema de considerar o contexto histórico do Entreguerras⁹.

Com relação aos objetivos de uma História Política e Social, a proposta de abordagem contextualista de dados sincrônicos e diacrônicos apresentada pela história dos conceitos em Reinhart Koselleck¹⁰ oferece diálogo com a visão de historiadores que trabalham com a noção de culturas políticas, como Bernstein e Milza¹¹. Nas culturas políticas se partilham postulados, grades de leitura, interpretações, proposições; um estilo discursivo próprio; o emprego dos símbolos; a liturgia dos ritos; e a mesma construção do passado e da memória. Dessa forma, as culturas políticas servem à definição de formas do sentimento de pertencimento político a um determinado grupo e podem conduzir à criação de sólidos laços de solidariedades, tomando a cultura e a memória como universos onde são elaboradas experiências históricas¹².

Para Berstein, o que se coloca como necessário para a História Política é analisar as influências dos intelectuais e sua assimilação ou rejeição pelas culturas políticas, noção definida pelo historiador como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais

⁸ BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder*: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 73.

⁹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996, p. 244-256.

¹⁰ Obra a partir da qual utilizamos as duas categorias meta-históricas “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Mass; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

¹¹ BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999.

¹² DUTRA, Eliana. História e Culturas Políticas: Definições, usos, genealogias. In: *Varia Historia*, nº 28, dezembro de 2002, p. 27.

largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”¹³. Assim, procuramos compreender o processo de construção das memórias e interpretações do passado por Miguel Reale, enquanto intelectual empenhado no objetivo de contribuir para a formação de uma cultura política integralista, entendendo sua posição de fala a partir de uma relação de lutas pela representação do passado nas arenas políticas do período analisado.

Analisando o “fascismo” que emerge no período Entreguerras como uma cultura política, Zeev Sternhell¹⁴ demonstra que a cristalização ideológica precedeu a acumulação de poder político nos movimentos fascistas, e foi isso o que estabeleceu as bases da ação política radical, violenta e terrorista que se transformou no cerne das culturas políticas fascistas: a noção de um “nacionalismo revolucionário”, contrário aos princípios universalistas iluministas, liberais e democráticos, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Assim, compreendemos o sentimento “antissistema” como parte de uma tradição fascista de “rebelião cultural”. Uma compreensão importante para a investigação do antiliberalismo integralista na produção intelectual de Reale, como veremos adiante.

Conforme Robert Paxton, o “fascismo” pode ser definido como uma forma de comportamento político marcado pela preocupação obsessiva com o declínio, a humilhação ou a vitimização da comunidade e pelos cultos compensatórios de unidade, energia e pureza, na qual grupos de militantes nacionalistas baseados nas massas, trabalhando com dificuldades, mas em uma colaboração efetiva com as elites tradicionais, abandonam as liberdades democráticas e buscam com violência redentora e sem restrições éticas ou legais suas metas de “limpeza interna” e “expansão externa”¹⁵. Para Roger Griffin, essas metas colocaram em prática um ideal de total renascimento político, social e cultural (palingenesia) vivido no nacionalismo palingenético que caracteriza a ideologia fascista¹⁶.

Desse modo, podemos afirmar que os projetos fascistas implicam “mudanças na natureza da cidadania e na relação dos cidadãos com o Estado que foram as mais fundamentais já vistas desde as revoluções democráticas dos séculos XVIII e XIX”¹⁷. De acordo com Denise Rollemberg, é nesta chave que Paxton explica a perda dos direitos individuais; a “supressão do pacto firmado entre os cidadãos, base do Estado liberal, em favor de uma relação vertical de poder entre o Estado e os cidadãos; o desaparecimento, enfim, do Estado de direito”. Conforme a historiadora, Paxton realça, desta forma, as rupturas institucionais promovidas pelos fascismos em relação às democracias liberais.

¹³ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 350.

¹⁴ STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia (Orgs.). *El nacimiento de la ideología fascista*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1998, p. 7.

¹⁵ PAXTON, Robert. *The Anatomy of Fascism*. New York: Alfred A. Knopf, 2004, p. 218.

¹⁶ GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. Londres: Pinter Publishers, 1991, p. 26.

¹⁷ ROLLEMBERG, Denise. Revoluções de direita na Europa do entre-guerras: o fascismo e o nazismo, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 30, no 61, p. 355-378, maio-agosto 2017, p. 368.

Apresenta-se aqui, portanto, um problema concernente à “construção social dos regimes autoritários”¹⁸, o que envolve a avaliação dos processos de formação social de consenso e consentimento, analisando especificamente a posição, a fala e a ação do integralismo brasileiro nas tramas dessa vasta rede de intelectuais, movimentos e partidos políticos da direita radical.

Assim, tomando a perspectiva dada por Daniel Cefai¹⁹ à noção de culturas políticas, podemos compreender que o nacionalismo palingenético empregado nos discursos fascistas particulares, como o integralista, traz em si o significado nuclear das culturas políticas fascistas em geral, e revela a expectativa de uma completa reformulação das gramáticas da autoridade e do consentimento que formam o eixo do conceito de cidadania, com seus novos repertórios de identificação, narração e argumentação, ações, de símbolos e rituais utilizados na mobilização de suas militâncias.

Através da publicação de ensaios, estudos e editoriais na imprensa integralista, e da apresentação de conferência e discursos nas “Bandeiras” integralistas pelo país, Reale, talvez o mais importante representante da influência fascista italiana na AIB²⁰, tornou-se conhecido no movimento integralista e fora dele, como teórico acadêmico e erudito, e orador inflamado de grandes multidões. O autor privilegiou em sua produção no período a teoria do Estado, o corporativismo e a “economia nova”, o Direito, a Sociologia e a História. O conjunto de seus estudos e sua atividade jornalística serviam ao propósito declarado de formar no Brasil um novo conceito de homem e de Estado, o “homem integral” e o “Estado integral”.

Isto é, o objetivo de sua produção intelectual na AIB, entre 1932 e 1937, era criar uma nova cultura política corporativista com uma ideologia nacionalista-autoritária em torno do ideal de um “estatismo-organicista” específico e original no contexto histórico do Entreguerras, o integralismo. Com esse objetivo, Reale dedicou grande parte de sua produção intelectual nos anos 1930 à elaboração de uma extensa crítica ao liberalismo oligárquico.

O antiliberalismo no Brasil dos anos 1930

A “questão social” no Brasil, propagada nos debates políticos e na imprensa dos anos 1930 como um problema urgente que se arrastava há décadas, teve sua origem na longa reestruturação que o país foi submetido para adequar-se à competição internacional dos países capitalistas industrializados, e isso

¹⁸ MUSIEDLAK, Didier. O fascismo italiano: entre consentimento e consenso. Trad. Vera Gertel. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 3v, p. 151.

¹⁹ CEFÁI, Daniel. *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 2001, p. 94-106.

²⁰ TANAGINO, Pedro Ivo Dias. *A Síntese Integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939)*. Tese de Doutorado (História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018, 382 p, pp. 47-67.

implicava além da realocação de capitais da agro-exportação para a indústria, na transformação de uma sociedade rural e oligárquica em uma sociedade de mercado, o que ocorreu a uma taxa de crescimento cada vez mais acelerada após a Grande Guerra²¹.

Muito embora consoante ao que se pensava e fazia no espaço de ação dos “fascismos”, a campanha do movimento integralista nos anos 1930 foi também uma resposta inovadora, em sua forma e em seu conteúdo, aos rumos tomados pelo regime Vargas no Brasil. Os intelectuais da AIB inseriam-se nos debates sobre o projeto de modernização nacional do país, apresentados ao longo de quase três décadas de críticas intelectuais, de lutas armadas, revoluções e guerras civis, que visavam reorganizar a estrutura jurídica, institucional, social e política firmada pela Constituição Federal de 1891, e superar a dicotomia entre “Brasil real” e “Brasil legal”. Tais críticas partiram de um campo intelectual caracterizado pelo crescente *antiliberalismo*. Um campo que se destaca na história intelectual brasileira por ter ajudado a formar a Ciência Social e a Ciência Política modernas no Brasil, manancial intelectual e ideológico onde se formou a maioria dos intelectuais integralistas²².

Nos anos 1920, o antiliberalismo cresceu com o avanço do *movimento tenentista*. Nascido no Exército, o tenentismo surgiu com um discurso nacionalista de forte teor jacobino-florianista²³, com o qual os *tenentes* buscavam legitimar a autoridade da intervenção militar que pretendiam com seu principal mote, que era a “moralização” da política e da máquina pública, mas se tratava de uma transformação de cima para baixo, dirigida por notáveis “honestos” e por técnicos capacitados, evidenciando a tendência elitista e autoritária tomada pelo movimento como um todo, na sua fase inicial²⁴. Embora tenha se formado como um movimento militar e civil, era o núcleo militar que polarizava a liderança e as decisões do movimento, colocando a “salvação nacional” definitivamente no rol dos vocabulários políticos do Entreguerras no Brasil. Talvez tenha sido essa imagem que causara a fascinação de Reale pelos *tenentes*.²⁵

A Crise de 1929 foi o ponto de inflexão nesse processo, explodindo no Brasil em um cenário onde já se distendia uma crise política séria pelos últimos sete anos e, não por acaso, a principal palavra de ordem levantada pelos tribunos dessa crise política era a “modernização” nacional. Modernização da

²¹ GRANZIERA, Rui Guilherme. O Brasil depois da Grande Guerra. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 136. VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 7.

²² SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paradigma e História: ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: _____. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, pp. 16-57, p. 38.

²³ Na primeira década da República, os projetos republicanos dividiam-se em pelo menos duas vertentes de maior relevo. De um lado, estava o projeto das *oligarquias cafeeiras*: federalista, liberal, agroexportador, socialmente excludente e elitista, e de outro, estava o *projeto jacobino*: militarista, radical, nacionalista, mobilizador e antioligárquico. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 92.

²⁴ LANNA JÚNIOR, Mário Cleber M. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N (Orgs.). *O Brasil Republicano I: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, v.1, pp. 313-350, p. 316.

²⁵ REALE, Miguel. *Memórias: Destinos cruzados*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1987, v. 1, p. 25-26.

economia, modernização da política e do Estado, modernização dos costumes e dos hábitos do povo, e da cultura em geral. Vargas assumiu em 3 de novembro de 1930 sinalizando para essa modernização, uma modernização em forma de “revolução pelo alto”²⁶, que encontrou seus caminhos com o seu pragmatismo ao longo dos quinze anos seguintes.

No Brasil dos anos 1930, dentre as propostas que caminharam ao encontro do “estatismo-organicista”²⁷, assim como o integralismo, houve apropriações de um longo debate dentro do pensamento social brasileiro. As versões mais recentes dessa tradição de pensamento descendem de autores do final do século XIX e início do XX, como Sílvio Romero, Tavares Bastos, Manoel Bonfim, etc., e especialmente daqueles que já eram leitura corrente na direita nacionalista, como Alberto Torres, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna²⁸. Autores comentados e, no caso dos dois últimos, ativos na cooperação com a construção do integralismo, através de suas colaborações na revista *Panorama*, criada e dirigida por Miguel Reale de 1936 a 1937²⁹. Os integralistas alçaram o tema a um patamar superior ao longo dos anos 1930 e, por fim, as constituições de 1934 e 1937 representam o lugar central que o corporativismo atingiu na agenda política do Entreguerras.

Um dos principais eixos temáticos abordados nos debates dessa geração de intelectuais de 1930, os problemas da contradição entre “Brasil real” e “Brasil legal”, jazia sobre a ambiguidade do modelo normativo constitucional e a sobrevivência de velhas práticas, como a violência política, o recurso ao personalismo, e a confusão na relação *público/privado, geral/particular* que remonta aos debates travados entre as duas tradições do teóricas “*americanista*” e “*iberista*”³⁰.

O ponto central deste debate era a relação entre o privado e o público, entre o indivíduo e a comunidade, herdada pelas Américas em seu processo constitutivo colonial. A tradição iberista

²⁶ VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil, op.cit, p. 42.

²⁷ Segundo Décio Saes, o discurso nacional-estatista nos anos 1930 revela algumas nuances quanto ao sentido do “**progresso**”: “Alguns desses movimentos parecem justificados por um ‘estatismo secundário’: as suas propostas de reforma do Estado parecem ter algo a ver, apenas indiretamente, com uma reorientação industrializante da política de Estado. A sua apologia do centralismo e do intervencionismo evocam, tão somente, intenções de “consolidação da Nação” ou de ‘conciliação do capital e do trabalho’. Outros desses movimentos assumem mais diretamente um caráter nacionalista: a defesa da Nação contra o ‘imperialismo’ ou as ‘potências estrangeiras’ passa ao primeiro plano das intenções declaradas” continua no rodapé da mesma página “Se se tem em conta que a expressão suprema da Nação é o próprio Estado nacional, compreende-se que a distinção entre ‘estatismo secundário’ e nacionalismo reflete apenas a maior ou menor ênfase em cada um desses dois polos; enquanto o ‘estatismo secundário’ se preocupa prioritariamente com aquilo que parece exprimir, ao nível da estrutura do Estado, a existência da Nação (a centralização da capacidade de decisão e o poder de intervenção na sociedade, indicadores da soberania nacional), o nacionalismo atribui prioridade à defesa do Povo-Nação (comunidade cultural e linguística), daí derivando uma posição de defesa do intervencionismo estatal, enquanto instrumento privilegiado de afirmação do ser nacional”. SAES, Décio. Classe média e política no Brasil. 1930-1964. In: FAUSTO, Boris (Dir.), História Geral da Civilização Brasileira. III. O Brasil Republicano. 3. Sociedade e Política (1930-1964). 3 ed. São Paulo: DIFEL, 1986, v 3, tomo III, p. 488.

²⁸ CEPÊDA, Vera Alves. Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituinte de 1934, *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, p. 211-242, jan-jun 2009, p. 226.

²⁹ TANAGINO, Pedro Ivo Dias, op.cit., p. 85.

³⁰ MARTINS, Maro Lara. Entre americanos e ibéricos: teoria social na Primeira República brasileira. *Política e Sociedade*, v.9, n° 17, out 2010, p. 234.

salientaria os aspectos integrativos, participativos e afetivos, com ênfase na comunhão, na incorporação, na predominância do todo sobre o indivíduo. Em contraponto, a perspectiva americanista elaboraria o elogio ao individualismo, ao *self-made man*, ao materialismo e à política como lugar do conflito³¹.

No início do século XX, autores como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Gilberto Amado, Virgínio Santa Rosa, Martins de Almeida, Azevedo Amaral e Nestor Duarte haviam cristalizado a dicotomia entre os “dois Brasis”. Essa matriz ideológica das Ciências Sociais no Brasil alicerçava-se na convicção de que os valores políticos só se realizam quando incorporados nas instituições, especificamente aquelas “cuja operação efetiva é função da ordem instaurada. Toda sociedade política se constitui segundo uma ordem específica e é esta ordem que mediatiza não apenas as interações entre os indivíduos que compõem, mas igualmente as instituições que a habitam”³².

A despeito das diferenças teóricas e vieses de tradição distintos, o que aproxima os autores do campo antiliberal no Brasil dos anos 1930, pode ser entendido pela formação de um sistema ideológico guiado no sentido de legitimar o autoritarismo do Estado como último recurso a ser assumido pelas elites intelectuais e as políticas (renovadas) em sua “missão” de tutelar a sociedade desorientada de uma nação-a-se-fazer³³. Dessa pretensa condição de Estado-nação a se formar, derivava-se uma série de problemas “nacionais” apontados nos diagnósticos da “crise dos anos 1930”, entre os quais pesava a “falta de consciência do povo”, visto pela elite intelectual dos anos 1930 como ainda incapaz de reconhecer a sua comunidade de interesses e necessidades. A falta de uma “*consciência nacional*” seria uma das principais causas da crise, cujos sintomas seriam a “*desorganização*”, a “*indisciplina*”, e “*falta de coesão*” e de “*solidariedade*”. Por outro lado, de acordo com Capelato³⁴, após a Revolução de 1930 surgia uma nova cultura política no cenário brasileiro: a *política de massas*. Essa nova cultura política tinha como um de seus principais eixos a transformação do conceito de cidadania, substituindo o cidadão/indivíduo da doutrina liberal pelo cidadão/trabalhador.

Entre 1930 e 1932, abriu-se uma nova conjuntura política no Brasil, com o rompimento da aliança entre setores do tenentismo, Getúlio Vargas e o PD (Partido Democrático) que havia apoiado a Revolução da Aliança Liberal. Esses novos movimentos apresentavam-se nos mais variados carizes ideológicos, mas também demonstravam muito em comum. Surgiram com o objetivo de canalizar seus interesses, que não eram mais identificados com a bandeira do Liberalismo da Constituição de 1891,

³¹ Idem, *ibidem*, p. 234.

³² SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paradigma e História: ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: _____. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, pp. 16-57, p. 49.

³³ LAMOUNIER, Bolívar, Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, vol. 9, 1977, p. 356.

³⁴ CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 143-146; p. 177.

erguida pela Aliança Liberal antes da Revolução de 1930³⁵. Esse é o contexto de emergência da AIB no cenário nacional.

Dentre as propostas de solução da crise, vista como um “desequilíbrio orgânico” da sociedade, a sociologia reaparecia como aquela ciência capaz de orientar a ação do Estado e a organização social. Deste modo, ideias como “*Governo de orientação*”; “*Política com finalidade*”; “*Socioterapia*”; “*Solidificação nacional*” compuseram o **ideário da salvação nacional**, que trazia o tema da substituição da elite republicana oligárquica. Dessa forma, a Constituição de 1891, os partidos republicanos de cada estado, os seus políticos e os coronéis formavam uma elite considerada inepta para resolução do problema de “*organização nacional*”³⁶. Assim, os temas abordados por essa geração intelectual, articulavam, na escrita da história - com enfoques e opções que privilegiavam o desenvolvimento político da sociedade e a busca por uma teoria da história brasileira - os temas da consolidação do Estado Nacional e do melhor sistema de representação política a ser adotado, com o intuito de consolidação do poder estatal centralizado³⁷.

Segundo Gomes³⁸, após a Revolução de 1930, a expressão “República Velha” se transformou em uma espécie de “fórmula mental”, que merece atenção redobrada dos historiadores. Antes de mais nada, se trata de uma ideia pensada pelos ideólogos autoritários do estatismo-organicista nas décadas de 1920 e 1930, como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos. Entre os diagnósticos da “crise dos anos 1930”, pesou a ideia de que o povo brasileiro não teria capacidade de ação coletiva; que a sociedade brasileira, sendo inorgânica, seria insolidária e, por isso, inadequada às formas de associação de um modelo liberal-democrático.

A crítica integralista à Primeira República não foge à esta interpretação, porque também obscurece as lutas sociais de caráter popular que foram determinantes no contexto histórico para realçar o caráter “moderno” e “atual” do integralismo em face do que havia “antes”. Como escreve Reale no prefácio de seu livro *Formação da política burguesa* (1934), “Mudar de civilização é mudar de atitude de espírito. E é, por conseguinte, mudar de atitude também em relação ao passado”³⁹. Esse “antes” foi objeto de estudos para os historiadores integralistas, como Reale, dedicarem estudos mais aprofundados em livros teóricos, mas também fez parte de uma luta de poder pela história e a memória do Brasil Republicano

³⁵CARONE, Edgard. *A Segunda República*. 3ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978, p. 252.

³⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATALY, Maria Celina. (Orgs.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro/ Brasília: FGV/INL, 1980, pp. 31-60, p. 38-42.

³⁷ REIS, Fábio Wanderley. Solidariedade, interesses e desenvolvimento político, *Cadernos DCP*, Belo Horizonte, 1974, pp. 5-58.

³⁸ GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. Apresentação. In: A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo*, n 26, janeiro de 2009. Encontrado em:

http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a01.pdf, acesso em 21 de janeiro de 2019, p. 1-5.

³⁹ REALE, Miguel. *Formação da Política Burguesa*. In: _____. *Obras políticas* (1ª fase –1931/1937). Brasília: UnB, 1983, Tomo I, pp.23-125, p. 131.

no contexto histórico do Entreguerras, como aparece no seguinte trecho do livro *Atualidades Brasileiras*, publicado por Reale em 1937:

A revolução de 30 não foi propriamente uma revolução. Com o passar dos anos, se verá que ela foi apenas a preparação de uma revolução. Ela revelou o personagem principal que estava na plateia, certo de ser espectador. Ela arrastou o povo para o palco da política brasileira. Ela abriu as portas do Estado para as massas. Ela desencadeou a revolução social. Ela permitiu que no Brasil houvesse clima para o Comunismo e para o Integralismo. Ela iniciou o movimento sindicalista. Fez tudo a sua maneira, inconscientemente. Mas tem o mérito de ter feito⁴⁰.

Segundo os estudos de Hégio Trindade sobre o projeto corporativista da AIB, Décio Saes coloca o integralismo brasileiro entre os movimentos que continuaram a prática iniciada com o tenentismo, de se produzir um discurso no qual a modernização industrializante dirigida pelo Estado autoritário se impusesse como uma finalidade de interesse geral de todas as classes, a despeito da heterogeneidade da composição classista do movimento⁴¹.

Segundo Marilena Chauí⁴², O cenário político nacional turbulento após a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932, foi definido pelos integralistas como uma “crise” conjuntural que apresentava três grandes perigos à nação e ao Estado. O primeiro perigo era o fortalecimento das oligarquias estaduais e a luta intraoligárquica pela hegemonia a nível federal, enfraquecendo assim o poder central. O dissídio intraoligárquico levava, do ponto de vista econômico, à influência do capital estrangeiro; do ponto de vista social, ao aumento da exploração dos trabalhadores e de sua receptividade à propaganda comunista; do ponto de vista político, o domínio do capital financeiro sobre o Estado; do ponto de vista moral, ao crescimento do materialismo. O segundo perigo seria o retorno do regime liberal, já considerado anacrônico. O terceiro perigo seria o prevalecimento do parlamentarismo socialdemocrata ou da ditadura populista de massas.

O antiliberalismo integralista de Miguel Reale: uma visão fascista da Primeira República

O antiliberalismo está estampado na capa da brochura do *Manifesto de Outubro de 1932*. A mensagem de chamado ao alistamento na AIB coloca o liberalismo e o capitalismo como foco destacado da luta dos camisas-verdes. O comunismo, que ao lado do liberalismo formava o binômio

⁴⁰ REALE, Miguel. *Atualidades Brasileiras*. In: _____. *Obras políticas* (1ª fase – 1931/1937). Brasília: UnB, 1983, Tomo III, pp. 71-153, p. 77.

⁴¹ SAES, Décio, *op.cit.*, p. 493.

⁴² CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. pp. 17-149, p. 134.

básico atacado pelos projetos e ideologias de *terça via*, não chega a ser mencionado na capa, sendo abordado somente no interior do documento.

O ataque priorizado ao liberalismo naquele momento, não foi apenas por força do novo contexto histórico após a Grande Guerra, mas principalmente por razões internas do país, que vivia a derrocada do regime oligárquico, embora suas estruturas de dominação continuassem enraizadas pelo interior do Brasil. O liberalismo também era responsabilizado pela Crise de 1929, que fez tremer a economia do Brasil e do resto do mundo capitalista.

BRASILEIRO. Encontrarás neste folheto, ideias novas para a realização no Brasil, de um novo Estado e nova ordem social que reflitam as realidades nacionais e ao mesmo tempo obedeçam ao ritmo universal de transformação dos antigos quadros ideológicos, que geraram a democracia liberal e o liberalismo econômico, hoje inteiramente decadentes⁴³.

Segundo a visão da história do pensamento liberal apresentada por Reale, o conceito de “democracia”, como foi pensado pelos filósofos iluministas do século XVIII, era admitido a partir da realidade de pequenas pátrias, que lhe davam um fundamento mais comunalista. Após o período napoleônico, o conceito de “democracia” teria perdido seu sentido original, “passando a designar um regime de igualdade formal modelado no governo representativo e constitucional da Inglaterra”⁴⁴.

Citando os estudos de Oliveira Vianna em *O idealismo: na evolução política do Império e da República*, Miguel Reale conclui com Vianna que o liberalismo foi um “erro histórico” que divorciou o Brasil do brasileiro no passado, e ameaça, por isso, o seu futuro como nação soberana. Para todos os efeitos, se tratava de um total falseamento e incompreensão do sentido da história política do Brasil:

O demoliberalismo isolou os homens na Europa. No Brasil cortou o processo da nossa formação histórica, nacional. O Nacionalismo liberal foi o maior erro de visão da nossa política. Só poderia acabar, como acabou, entregando-se ao culto de uma constituição formal, tecida por homens “estrangeiros à terra” para um “gigante deitado eternamente em berço esplêndido”⁴⁵.

Na produção intelectual integralista, ganhou amplitude a ideia de que a política e a economia no regime oligárquico eram geridas por agentes privados, que cresciam onde o Estado faltava, fazendo da

⁴³ AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. *Manifesto de Outubro de 1932*. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, 1932, p. 1.

⁴⁴ REALE, Miguel. Formação da política burguesa, *op.cit.*, p. 238.

⁴⁵ REALE, Miguel. O Estado Moderno: Liberalismo, Fascismo, Integralismo. In: _____. *Obras Políticas* (1ª fase – 1931/1937). Brasília: Editora UnB, 1983, Tomo II, pp 5-168, p. 92.

máquina pública uma extensão de seus próprios interesses⁴⁶. É o que quis dizer Miguel Reale em *ABC do Integralismo* (1935), sugerindo que “O ‘coronel’, portanto, prometeu fazer tudo aquilo que o Estado liberal achava que não lhe cabia fazer: o ‘coronel’ ficou sendo o sucedâneo do Estado...”⁴⁷. Com essa noção, os antiliberais integralistas atacaram o federalismo, o sufrágio universal, o pluripartidarismo, a democracia e a economia liberais, apontados como apanágio das elites oligárquicas em luta pela hegemonia no Estado, em prejuízo do desenvolvimento nacional.

No primeiro capítulo do *ABC*, o autor explana sua visão de “Como nascem os partidos”. No liberalismo brasileiro, os *partidos* são frutos do personalismo das contendas políticas. Doutrina e ideologia passam ao largo das intenções dos fundadores de partidos. A “técnica especial” dos liberais envolve boatos espalhados pela imprensa e o rádio, a palavra de um governador prestigiado em meio a “intrigas de bastidores”. Por fim, chegam estudantes deslumbrados e, “No Brasil, para efeitos políticos, um estudante vale mais que cinquenta diplomados”. “Liberdade”, “Igualdade”, “Fraternidade”, “Autonomia”, “Constituição”, “Democracia”, “Direito”, “Justiça”, “Voto”, são “palavrinhas mágicas” que tem o poder de “arrastar as multidões para as barricadas”⁴⁸, como aconteceu nos levantes tenentistas de 1922, 1924, na Revolução de 1930 e na Revolução Constitucionalista de 1932. Como pode se ver, o autor apresenta uma crítica antiliberal que remonta à Revolução Francesa e seu legado.

Nesse sentido, a cultura política integralista deveria “regenerar” o Brasil da herança do ideário revolucionário de 1789:

Regenerar a Revolução porque o radicalismo democrático de Rousseau alastrou o incêndio das revoltas populares [...] Regenerar a Revolução porque a Declaração dos Direitos do Homem não foi além do reconhecimento de um título formal de direitos sem garantias para a objetivação desses direitos? Regenerar a Revolução porque a abstração racionalista deixou a sociedade à mercê dos mais fortes, destruindo os grupos associativos e separando a economia da moral?⁴⁹

No terceiro capítulo do *ABC*, “O oportunismo partidário”, a crítica é contra o federalismo “estadualista” e “desagregador”; uma “praga da política brasileira”. Justifica, com olhar histórico, a necessidade da autonomia administrativa das províncias do Império, mas a adoção do federalismo de

⁴⁶ Sobre as *políticas de valorização do café* na Primeira República, sugerimos a consulta de: BRASIL. *Decreto nº 1.489, de 6 de agosto de 1906* – “Convenio entre os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e S. Paulo, para o fim de valorizar o café, regular o seu comércio, promover o aumento do seu consumo e a criação da caixa de conversão, fixando o valor da moeda”. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1906. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1489-6-agosto-1906-582975-publicacaooriginal-105713-pl.html>, acessado em 07 jun 2017. Segundo Viscardi, o “*Convênio de Taubaté*” foi a primeira quebra da ortodoxia liberal na Primeira República, por isso seu impacto foi tão marcante na época. VISCARDI, Claudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 113.

⁴⁷ REALE, Miguel. *ABC do Integralismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935, p. 52.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 11-14.

⁴⁹ REALE, Miguel. Formação da política burguesa, *op.cit.*, p. 241.

tipo americano fora um erro, porque esse representava para aquele país uma etapa de agregação de estados antes separados. O resultado desse transplante descuidado foi a criação de um ambiente propício ao “caudilhismo oligárquico” e ao “federalismo desorgânico”⁵⁰.

Ainda é comum a atribuição à “*política dos governadores*”, criada pelo presidente Campos Salles (1898-1902), uma função estabilizadora do primeiro regime republicano, forjando através de um acordo tácito sua rotinização política e administrativa. Sobre essa política, Miguel Reale chegou a escrever “Coitado do presidente da República que, amanhã, se dispuser a governar sem dar ouvidos à política dos governadores!”⁵¹.

É corrente na historiografia do tema a visão de que a formulação deste “pacto” teria se dado a partir do reconhecimento, por parte de Campos Salles, da preexistência da “distribuição natural do poder” na sociedade brasileira, a partir dos estados⁵². De acordo com Martins, a “política dos governadores” seria um bloqueio ao desenvolvimento de um sistema político pluralista, moderando as disputas inerentes ao mundo público. Nas primeiras décadas da Primeira República, teria se formado um amálgama entre a penetração dos interesses modernos, “americanistas”, com a persistência de valores tradicionalistas, “iberistas”, que teria produzido esse complexo mecanismo de governo⁵³.

Nessa interpretação, a “política dos governadores” implicava uma necessidade do executivo federal em firmar acordos com os presidentes dos estados, que por sua vez se apoiavam nas elites políticas locais— os “*coronéis*”, e para que esse arranjo funcionasse, teria sido favorecido uma “forma particular de opressão”, exercida pela elite terratenente e militarizada sobre a sua clientela formada basicamente por trabalhadores rurais ou das pequenas cidades, forma de opressão que ficou conhecida como “*coronelismo*”⁵⁴. Essa visão sistêmica do regime oligárquico recebe ainda muitas críticas na historiografia do tema⁵⁵, mas descreve em linhas gerais a visão que os intelectuais da geração de Reale tinham do regime da Primeira República.

⁵⁰ REALE, Miguel. *ABC do Integralismo*, op.cit., p. 22-23.

⁵¹ Idem, ibidem, p. 77.

⁵² Esse pensamento era comum entre políticos e intelectuais da tradição republicana “americanista”, para os quais a queda da Monarquia teria revelado um quadro de “federalismo de fato” e “fragmentação real” vivido no Império, no qual as funções de governo eram exercidas por agentes privados, como se praticamente não existisse um governo central. MARTINS, Maro Lara. “Entre americanos e ibéricos: teoria social na Primeira República brasileira”. In: *Política e Sociedade*. V.9, nº 17, outubro de 2010., p. 142.

⁵³ Idem, ibidem, p. 234-235.

⁵⁴ LESSA, Renato. As aventuras do Barão de Münchhausen: notas sobre a tradição presidencialista brasileira. *Virtual Library*. Plataforma Democrática – Fundação IFHC/Centro Edelstein, 2001, p. 144-146. Encontrado em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lanzaro/lessa.pdf>, acessado no dia 2 de novembro de 2012.

⁵⁵ Claudia Viscardi relativiza a importância dada por Lessa à “política dos governadores” como função estabilizadora do regime. A autora acredita que essa estabilização veio com a iniciativa de Campos Sales em manter o Executivo Federal infenso às disputas regionais travadas no Parlamento, palco principal das disputas políticas no período, e realizou esse projeto através de mudanças no Regimento da Câmara. VISCARDI, Claudia. *O teatro das oligarquias*, op.cit., p. 35.

O federalismo de tipo liberal foi a refeudalização do Brasil. A nossa pátria se transformou numa rede vastíssima de múltiplos poderes pessoais. No alto, sem ligação com os movimentos de nossa vida de povo – ficou o poder da Nação simples reflexo ou resultante dos acordos ou dos entrechoques dos governadores. Logo embaixo, em contato mais direto com a sociedade – e os governos dos estados, os grupelhos políticos, os “mandões”, os coronéis, e assim por diante, até se chegar ao cabo eleitoral, último degrau de uma degradação de regime⁵⁶.

Nesses trechos, Reale corroborava o segundo tópico enunciado no *Manifesto de Outubro de 1932*, “Como entendemos a Nação brasileira”, que também atacava o federalismo oligárquico, referindo-se a “Estados dentro do Estado” e à democracia pluripartidarista em que existem “partidos políticos fracionando a Nação”:

A Nação Brasileira deve ser organizada, uma, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz. Para isso precisamos de que todos os brasileiros estejam unidos. Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado; partidos políticos fracionando a Nação; classes lutando contra classes; indivíduos isolados, exercendo ação pessoal nas decisões do governo; enfim, todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro⁵⁷.

Já em relação aos “indivíduos isolados, exercendo ação pessoal nas decisões do governo”, que o autor expôs no quinto capítulo do *ABC do Integralismo*, “O ‘Coronel’ como sucedâneo do Estado liberal”, a crítica ao pluripartidarismo atinge a base social do sistema político erigido na Primeira República: o “*coronelismo*”.

Antes da Revolução de 30, a estrutura da política brasileira era mais simples do que agora. Havia em cada província um grande partido rigidamente organizado, com uma hierarquia própria, com forças suficientes para exercer o mais completo domínio, até ao ponto de permitir a existência de pequenos círculos oposicionistas, cuja única ambição consistia em criticar “os homens de cima”, afim de fornecer noticiário à imprensa.

O PRP foi o modelo dessas organizações partidárias provinciais, de cunho francamente feudal, repousantes em uma complexa e intrincada rede de favores e de protecionismos recíprocos.

No PRP, havia uma graduação hierárquica que ia do “prócer” ao “inspetor de quartirão”, passando pelos parentes e afilhados do “prócer” e pelos “coronéis”⁵⁸.

O eixo de toda essa política era o *coronel*, que ainda agora existe, mais civilizado talvez, vestido com roupagens novas, adotadas às contingências do voto secreto.

O “coronel” é um ponto de referência, o cerne do partido. Produto imediato e direto da aplicação do ficcionismo liberal às realidades brasileiras, ele é o grande intermediário entre a Capital que dirige e o interior que é dirigido.

⁵⁶ REALE, Miguel. *ABC do Integralismo*, op.cit, p. 24.

⁵⁷ AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. *Manifesto de Outubro de 1932*, op.cit, p. 1.

⁵⁸ REALE, Miguel. *ABC do Integralismo*, op.cit, p. 45.

Que é o “coronel”? Como se explica o aparecimento, em pleno século XX, desse personagem que lembra as figuras dos baronetes medievais, cada qual com o seu reduto, cada qual com a sua gente, os seus “bravi”, as suas formas sumárias de Justiça, as suas normas curiosas de moral e de disciplina?

Analisando, mesmo ligeiramente, a essência do regime liberal, e depois lançando os olhos para a vida brasileira, somos levados a fazer uma afirmação que a muitos parecerá absurda: “o coronel é o sucedâneo do Estado Liberal”⁵⁹.

O vocábulo “*coronelismo*”, que Reale usa, deve a origem de seu sentido, como foi empregado na Primeira República e de certa forma até hoje, aos “*coronéis*” da Guarda Nacional. Inicialmente, esses oficiais eram eleitos democraticamente, mas gradualmente a patente de coronel passou a ser distribuída obedecendo à hierarquia social e econômica. Assim, serviam gratuitamente, normalmente até pagavam pelas patentes, e frequentemente fardavam e armavam suas tropas com recursos próprios. Em contrapartida, a Guarda Nacional colocava nas mãos dos coronéis o controle da população local⁶⁰.

Com efeito, além dos que nela realmente ocupavam tal posto, o tratamento de “*coronel*” passou a ser dado pelas populações rurais a praticamente qualquer chefe político ou potentado, devido ao poder “quase ditatorial, senão patriarcal”, nas palavras de Nunes, confiado a eles pelo governo provincial. Tal estado de coisas passou da Monarquia para a República, até ser declarada extinta a Guarda Nacional, mas o sistema teria permanecido “arraigado na mentalidade sertaneja”⁶¹. É dessa função inicial do “coronel” que Reale tira suas conclusões sobre seu papel como “sucedâneo do Estado Liberal”, explicando, pela natureza de sua origem, o caráter violento da política, a liderança personalista das facções e partidos e a apropriação patrimonialista da máquina pública.

Por esse caráter de “manifestação do poder privado”, o coronelismo, em seu sentido mais clássico, como em Victor Nunes Leal, seria justamente um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notoriamente os senhores de terras. Desse compromisso fundamental resultariam as características secundárias do sistema coronelista, como o “*mandonismo*”, o “*filbotismo*”, o “*falseamento do voto*”, e a “*desorganização dos serviços públicos locais*”.

Nesse sistema de compromissos, através de uma rede patrimonial, os poderes locais, os governos estaduais e o presidente estabeleciam um mercado que, nas palavras de Renato Lessa, as moedas de troca foram “a chantagem, a força e o favor. A base do modelo é composta pela sujeição dos eleitores a potentados locais que, em função da quantidade de votos que podem mobilizar, habilitam-se a

⁵⁹ REALE, Miguel. *ABC do Integralismo*, op.cit, p. 47.

⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual, *Dados*, v. 40, n° 2, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>, acessado em 01 jun 2019.

⁶¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 5 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, p. 20-21.

participar de um generalizado *spoil system*”⁶². Para Wanderley Guilherme dos Santos, a longevidade da Primeira República, em seus quase 40 anos passados ao largo dos golpes e ditaduras militares que pululavam pelo resto da América Latina, foi devedora dessa tradição da política oligárquica vivida a nível local, sistematicamente organizada pelo endosso da tradição de “violência”, “intimidação” e “fraude”⁶³.

Apesar da historiografia atual relativizar a importância atribuída ao “voto de cabresto”⁶⁴ na tese clássica de Vitor Nunes Leal e naqueles que acompanham seu modelo explicativo até hoje, essa era uma das características elencadas por Reale para desmoralizar o sistema representativo democrático baseado no sufrágio universal, que chamava de “comédia eleitoral” - uma “ilusão intermitente” que faz o povo acreditar que é o ente soberano da nação, no Brasil e em toda América do Sul⁶⁵.

De democracia e de liberalismo, é que o nosso caipira não entende, nem quer entender. Para ele o que existe é a religião, as procissões e as festas do divino, as danças alegres das multidões, os ventos frios furando os ranchos, a roça, a geadas, o gado, os cavalos andadores, os amigos, a família... É o seu mundo. Dessas coisas ele entende pela inteligência ou pelo coração. O mais, que lhe importa? [...] que o governo só aparece para atrapalhar.⁶⁶

Para Reale, o povo estaria quase que naturalmente inclinado a permanecer infenso à vida cívica e afeito ao labor cotidiano nos “grupos naturais” (família, sindicato, município), enxergando como uma intrusão do Estado o chamado à participação.

A crítica antiliberal de Reale propunha a formação de novos círculos de representação política *grupais e não mais geográficos*, “onde o voto representa um interesse e uma aspiração, que a Democracia real tem as suas raízes. Em lugar de iludir o proletariado é preciso lhe dar o lugar que lhe cabe no organismo do Estado, ao lado das outras forças produtoras”⁶⁷. **Sindicatos, município e a família**, portanto, são os “**grupos naturais**” que formam a base do novo federalismo, representação política e economia teorizados no sistema corporativista do Estado Integral.

A alternativa corporativista ao federalismo liberal-democrático

⁶² LESSA, Renato. *op.cit.*, p. 146.

⁶³ SANTOS, Wanderley Guilherme. O Sistema Oligárquico Representativo da Primeira República, *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n°1, 2013, pp. 9-37, p. 14-15.

⁶⁴ José Murilo de Carvalho comenta a crítica de Paul Cammack, que buscou desconstruir esse pilar do modelo de “sistema coronelista” apresentado por Vitor Nunes Leal, ao afirmar que “a importância do voto” como moeda de troca entre coronéis, governadores e Executivo Federal foi esvaziada, diante das práticas constantes de fraude eleitoral. CARVALHO, José Murilo de, *op.cit.*, s/p.

⁶⁵ REALE, Miguel. *ABC do Integralismo*, *op.cit.*, p. 57.

⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 64

⁶⁷ REALE, Miguel. O Estado Moderno, *op.cit.*, p. 154.

A base integralista do novo modelo representativo sobre a qual Reale elaborou seu projeto corporativista está assentada no 2º ponto defendido pelo *Manifesto de Outubro de 1932*, “Como entendemos a Nação Brasileira”, que apresentou uma visão integralista da *terça via* que ainda não era definida pela expressão “corporativismo”. Mas seus encaminhamentos gerais já exigiam transformar o federalismo estadualista, submeter os sindicatos às corporações e estas ao Partido Único, logo, acabar com o pluripartidarismo em favor de um partido-regime integralista.

O chamado nacionalista para a retomada da "soberania do Estado" atacava, sempre, aquilo que era visto como a principal ameaça externa ao país, o efeito colateral do capital internacional desregulado na economia brasileira, e que por isso, escreve, "só as forças anticapitalistas poderão restabelecer a soberania do Estado para defender os direitos individuais e nacionais"⁶⁸.

Ricardo Benzaquen de Araújo⁶⁹ salienta a perspectiva antiliberal que Miguel Reale possuía do papel da economia na sociedade capitalista, quando diz que, com o naturalismo, “a doutrina da escola clássica ou manchesteriana, generalizou a crença na incapacidade de nosso controle sobre os fatos econômicos, e deu origem a um sistema de economia sem sanção, despolarizado e desprovido de responsabilidade social e ética”⁷⁰. Não apenas os princípios jurídicos do liberalismo dos primeiros tempos eram esquecidos ou até mesmo fustigados, mas a própria organização das forças produtivas no ambiente de livre-mercado levava a criação de um ordenamento jurídico próprio, independente e paralelo ao ordenamento jurídico do Estado, que possuiria, conforme a doutrina liberal, o monopólio da administração da justiça.

A quebra do sistema liberal, identificado com as práticas oligárquicas, deveria superar as iniciativas que Reale acreditava serem vãs, na Constituição de 1934. O corporativismo, como sistema representativo, extinguiria o sufrágio universal direto e os partidos, apresentando um modelo corporativista que deveria dar maior independência aos trabalhadores diante do jugo dos patrões no campo e nas cidades, unificados todos em seus interesses pelo Estado forte supressor do pacto federativo:

- “O dia que o Estado se resolver a agir de verdade em benefício do povo, o dia em que o Estado for de encontro às classes pobres, organizando o crédito e amparando os fracos, então não será mais preciso o coronel”.

Para acabar com isso é preciso:

1º) – Dar um interesse ao voto, transformando-o em uma expressão de aspirações profissionais;

⁶⁸ REALE, Miguel. O Estado Moderno, *op.cit.*, p. 145

⁶⁹ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In Medio Virtus*: uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988, p. 10.

⁷⁰ REALE, Miguel. O Capitalismo Internacional, *op.cit.*, p. 267.

2º) – Restituir a soberania ao Estado afim de garantir a todos um lastro econômico, sem o qual é ilusória a liberdade política⁷¹.

Em *O Estado Moderno*, aparece claramente a identificação entre as teorias integralistas do Conhecimento, da História, do Direito e do Estado e a percepção de que a modernidade adentrava em um tempo histórico antidemocrático. Mais moderno seria o movimento que mais rápido se adequasse a este novo tempo:

Com as lentes de Rousseau ou de Montesquieu, não é possível compreender o sentido da política fascista que deitou por terra todos os velhos mitos democráticos para abranger corajosa e realisticamente a complexidade das questões do mundo moderno. Sem essa mudança de atitude, o observador arrisca-se a fazer abstração precisamente do que é novo e universal no Fascismo: *o realismo orgânico e totalitário*⁷².

De acordo com a interpretação apresentada por Reale em *O Estado Moderno*, a *corrente estatista totalitária* fascista seria uma reação radical ao individualismo liberal e aos marcos jurídico-filosóficos celebrados pela *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789, que promovia o direito às liberdades individuais em detrimento da autoridade e dos poderes do Estado, cinzelando com essas premissas a face do Estado Liberal mínimo. A corrente totalitária exigirá o exato oposto disto, ou seja, autoridade e poder absolutos ao Estado, que deveria penetrar e absorver a realidade social em todos os seus níveis, suprimindo, inclusive, as liberdades individuais⁷³.

Na visão teórica “totalitária” construída por Reale em *O Estado Moderno*, a doutrina liberal fez do conceito de “Homem” uma abstração do homem real, “conjunto de matéria e espírito”, para considerar apenas o *homem cívico* ou o *homem natural*⁷⁴, estes seriam, segundo o autor, conceitos definidos por visões deterministas. Na doutrina de Plínio Salgado, a “revolução cultural” integralista, também chamada “revolução do espírito”, era prevista como um processo que poderia durar por gerações a fio, até que o “novo homem” irrompesse *de dentro para fora dos indivíduos*, até que se consolidasse a cultura política integralista. Miguel Reale em muitos trechos de sua obra apresentava uma visão mais pragmática, que partia de uma noção de “revolução cultural” dirigida pelo Estado Integral que, sendo um Estado orgânico, forte e autoritário, conseguiria, através do Direito e da mão-de-ferro da Lei, impor *de fora para*

⁷¹ REALE, Miguel. *ABC do Integralismo*, *op.cit.*, p. 54.

⁷² REALE, Miguel. *O Estado Moderno*, *op.cit.*, p. 98.

⁷³ Idem, *ibidem*, p. 103-104, 127.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 15.

*dentro dos indivíduos a transformação da sociedade*⁷⁵. Com esse fim, “No *regimen* fascista, integralista e hitlerista, o indivíduo deve exercer direitos até onde a sua capacidade permite”⁷⁶.

O organicismo-estatista de tendência totalitária ficava claro ao longo da obra de Miguel Reale em trechos como esse, subsequente ao anterior, que diz: “A cultura deve ser proporcionada às massas populares. O desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento econômico dos trabalhadores exige ampla instrução profissional. É preciso que a fábrica não se separe da escola, assim como que o Capital não se separe do Trabalho”⁷⁷.

Reale escreveu em *O Capitalismo Internacional* (1935) que, diante da crise nacional e internacional dos anos 1930, “O remédio que se impõe não pode ser senão o abandono de uma concepção materialista da existência que deu origem a um sistema econômico, no qual o Capital é o sujeito, e o Trabalho é o objeto da economia, simples mercadoria entregue à lei cega da oferta e da procura”⁷⁸. Assim, afirmou o anticapitalismo como lema em sua obra, mesmo que, veremos, os alicerces do capitalismo não sejam de fato abalados em sua teoria. A “revolução” integralista passava por outros caminhos para dirimir a “questão social” e construir a “Economia Nova”, sem passar pela revolução social classista, mas desmontando o sistema democrático liberal.

O corporativismo, a *terça via* integralista, anunciada nessas linhas acima, era desenhado por Reale como um sistema capaz de desarticular o domínio dos coronéis, extinguindo os partidos e integrar os estados federados pela força do Estado autoritário, ao passo em que se transformaria também a economia capitalista-liberal pela força dirigente e interventora do Estado corporativista, promovendo essa espécie de *welfare autoritário* a que se referiu o historiador português Álvaro Garrido⁷⁹, pretensamente capaz de diluir a “questão social” e o antagonismo entre Capital e Trabalho. Quando esse antagonismo fosse inevitável, o Estado garantiria, pelo seu arbítrio com a Justiça do Trabalho, uma saída não-violenta que evitasse também a paralisação da produção e dos serviços.

Esse *welfare autoritário* vislumbrado por Reale no horizonte de expectativas do corporativismo integral, está relacionado à emergência das “*políticas sociais modernas*”⁸⁰, ou seja, à criação de mecanismos

⁷⁵ RAMOS, Alexandre Pinheiro. “Estado, Corporativismo e Utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937)”, *op.cit.*, p. 17-18.

⁷⁶ REALE, Miguel. O Estado Moderno, *op.cit.*, p. 100.

⁷⁷ REALE, Miguel. Perspectivas Integralistas. In: _____. *Obras políticas*: 1ª fase – 1931-1937. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, Tomo III, p. 32.

⁷⁸ REALE, Miguel. O Capitalismo internacional. In: _____. *Obras Políticas* (1ª fase –1931/1937). Brasília: Editora UnB, 1983, Tomo II, pp 171-286, p. 174.

⁷⁹ GARRIDO, Álvaro. *Queremos uma nova economia!* Estado Novo e Corporativismo. Lisboa: temas e Debates – Círculo de Leitores, 2016, p. 27.

⁸⁰ Tomamos aqui emprestada a definição de Ignacio G. Delgado, que entende as “*políticas sociais modernas*” como “aquelas que se associam a ações *preventivas, regulatórias, compensatórias e redistributivas* desenvolvidas pelo Estado, estabelecendo, em determinados casos, disposições obrigatórias para os atores sociais no *âmbito nacional*”. DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência social e mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: LTr, 2001, p. 16.

de proteção de indivíduos e grupos atingidos pela montagem e funcionamento da sociedade de mercado capitalista, sendo o Estado Nacional moderno, historicamente, seu principal agente promotor e cenário dos “contramovimentos destinados a corrigir seus efeitos deletérios”, como diz Ignacio Godinho Delgado⁸¹. Contudo, a emergência de um *regime ativo* na produção de políticas sociais vinculasse fundamentalmente aos processos de formação do próprio Estado Nacional e às relações de força estabelecidas entre os atores sociais relevantes no enfrentamento dos dilemas sociais que se desenvolvem a partir da emergência do mercado capitalista⁸².

Regimes autoritários podem dispor de uma capacidade maior do que a apresentada pelos regimes democráticos na implementação das políticas sociais. Os diferentes formatos que estas apresentaram na Alemanha e nos países comunistas indicam que as coalizões que dão sustentação aos regimes autoritários são decisivas para a determinação do modelo de política social implantado. No entanto, regimes democráticos, ou oligarquias liberais em processo de transição à democracia, são mais permeáveis às pressões da sociedade, o que pode gerar situações de equilíbrio desfavoráveis à operação de mudanças⁸³. Nesse caso, o autoritarismo se justificava, no campo do estatismo-organicista, pela pressa de mudanças.

Observando o problema do anticapitalismo pelo prisma das culturas políticas, entendemos, como Sternhell, que a “revolução fascista” quer mudar a natureza das relações entre indivíduo e coletividade sem que para isso seja necessário arruinar o motor da atividade econômica (desejo por lucro), nem abolir suas fundações (propriedade privada) ou o destruir seu marco indispensável (economia de mercado). Esse é um elemento que constitui uma inovação no fascismo: a revolução fascista se sustenta em uma economia regida pelas leis de mercado. Tanto no discurso dos primeiros anos do movimento fascista quanto no corporativismo adotado pelo regime fascista, a base retirada da economia liberal seguia as lições de economia política dos intelectuais do sindicalismo revolucionário⁸⁴.

Com o golpe do Estado Novo, abriu-se uma conjuntura nova, na qual a campanha integralista não tinha mais espaço, diante do estado de exceção instalado dali até 1945. A crise militar instaurada após 1930 havia gerado uma demanda pelo retorno à hierarquia e disciplina, abaladas pela subversão da ordem social e militar instaurada pelo tenentismo e pela ditadura iniciada com a Revolução de 1930⁸⁵. Esse quadro foi agravado após 1934, com a violência instaurada pelos vários movimentos extremistas

⁸¹ DELGADO, Ignacio Godinho, *op.cit.*, p. 31.

⁸² *Idem, ibidem*, p. 40

⁸³ DELGADO, Ignacio Godinho, *op.cit.*, p. 61.

⁸⁴ STERNHELL, Seev, *op.cit.*, p. 7; 37.

⁸⁵ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Orgs.). *O Brasil Republicano II: o tempo do nacional-estatismo*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, pp. 13-38, p. 22.

em disputa, mas principalmente pela rivalidade entre AIB e ANL (Aliança Nacional Libertadora), os dois partidos de massas que desafiavam diretamente o governo Vargas.

Não obstante, a obra de Miguel Reale conseguiu se sobressair no cenário integralista, sobrevivendo à queda da AIB. Prova disso, foi o convite feito por Getúlio Vargas para que o ex-Secretário de Doutrina e Estudos da AIB, recém-regressado do autoexílio na Itália após o *putsch* integralista de 1938 ter atentado contra a vida de Vargas, para que Reale compusesse o Conselho Administrativo do Estado, órgão que ao lado do Conselho de Economia Nacional e do Conselho Federal, formava a mais alta cúpula do Estado Novo. Embora sua atuação como colaborador do Estado Novo tenha sido breve, durando de 1942 a 1944, o convite do antigo e poderoso adversário político demonstra a importância do papel adquirido por Reale na Era Vargas, como intelectual da direita nacionalista e autoritária.

Conclusão

Com seu discurso integralista, Miguel Reale engrossava o coro de pensadores antiliberais que ajudou a conduzir o “organicismo” e a “representação profissional” corporativistas às cartas constitucionais de 1934 e 1937 como uma *terça via* que superasse a ineficiência dos liberais democratas, sem percorrer o caminho da revolução e da luta de classes dos comunistas. Miguel Reale enxergava na sociedade de mercado, estruturada a partir dos ditames capitalistas liberais, a causa das desordens vivenciadas com a “questão social” no Brasil e no mundo, sendo essa uma das bases de sua crítica à Primeira República.

É possível perceber, a partir dessas análises, a tendência autoritária que irá prevalecer nos textos de Miguel Reale e no grande campo do “estatismo-organicista”, no qual seus autores discordam em muitos pontos, mas convergem quanto a visão de um povo anômico e desintegrado que precisava da ação de uma vanguarda intelectual e um Estado forte para guiar as massas ao seu “destino histórico”. Seu projeto buscava extinguir de uma vez por todas o passado liberal-democrático, com seus riscos e agitações da luta de classes, permitindo a plena utilização dos recursos humanos necessários ao impulso cogente da modernização nacional, passando ao largo da tradição constitucionalista e do Estado democrático de direito. Nesse sentido, Reale procurou realizar uma escrita da história da Primeira República que abrisse caminho para a ascensão da AIB. Dessa forma, inseriu a produção intelectual da AIB na construção da memória de uma “República Velha”.

Concordamos com historiadores como Álvaro Garrido e António Costa Pinto, que creem que, de uma forma ou de outra, os ideólogos do corporativismo, atuando nas arenas políticas e tornando públicas suas teorias e projetos, contribuíram, ainda que indiretamente por vezes, para a construção de

uma nova variedade de instituições aparelhadas para a integração forçada dos trabalhadores e suas associações aos interesses do Estado. Os autores lembram que, a despeito da variegada experiência e teorização do ideário organicista e dos sistemas corporativistas, o corporativismo se concretizou como um dos instrumentos políticos mais duráveis das ditaduras, tanto na Europa do Sul, quanto na América Latina e especialmente no Brasil.

Para os integralistas, o Estado Novo demarcou o fim da expectativa de um corporativismo integral camisa-verde, mas, ao mesmo tempo, representou um sucesso indireto de sua campanha política no “século do corporativismo” no Brasil. O papel de Reale nessa campanha nunca foi esquecido pelos dirigentes das duas ditaduras que governaram o país no século XX, que mantiveram o intelectual ex-integralista sempre por perto.

Recebido: 25 de agosto de 2019

Aprovado: 16 de outubro de 2019